

ATA DA 1^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA CONTA TFCA

Data: 20 de junho de 2011

Local: Edifício Marie Prendi Cruz, Ministério do Meio Ambiente

Participantes: Lista anexa

A 1^a Reunião Ordinária do Comitê da Conta TFCA teve início às 10h00 do dia 20 de junho de 2011, no Ministério do Meio Ambiente, no Edifício Marie Prendi Cruz sito a SEPN 505 – Bloco “B” – Asa Norte, Brasília, DF, e foi aberta e presidida pela Diretora de Conservação da Biodiversidade, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, Daniela América Suárez de Oliveira para tratar dos assuntos constantes da Pauta do Dia e secretariada por Flávia de Souza Neviani, assessora jurídica do Funbio, quais sejam: **(a) Abertura da Reunião e Apresentação dos presentes;** **(b) Aprovação da redação final da Ata da Reunião de Instalação do Comitê da Conta TFCA e aprovação da Ata da 1^a Reunião Extraordinária do Comitê da Conta TFCA** **(c) Aprovação do Regimento Interno do Comitê da Conta TFCA;** **(d) Aprovação do Plano Estratégico de Longo Prazo para operação da Conta TFCA;** **(e) Próximos passos.** A presidente iniciou a reunião solicitando aos presentes que se manifestassem sobre os itens da pauta, e Fabio Leite, do Funbio, solicita a inclusão de apresentação quanto aos custos do Projeto, o que é aceito pela presidente e os demais presentes. **(a) Apresentação dos presentes:** As presenças e ausências foram anotadas. Registrou-se a presença de 77,77% dos membros do Comitê, estando presentes os representantes: 1) Governo dos Estados Unidos da América, Lawrence Hardy, (USAID); 2) Ministério da Fazenda do Brasil – João Luiz Tedeschi, 3) Ministério do Meio Ambiente do Brasil – Daniela América Suárez de Oliveira, 4) Conselho Nacional da Biodiversidade – CONABIO – organização não governamental ambientalista brasileira, Maria Adélia Oliveira, 5) Conselho Nacional de Florestas – CONAFOR – Organização não-governamental ambiental, científica, acadêmica ou de florestas - Suplente Kátia Vasconcelos Monteiro; 6) Organização não-governamental ambiental, científica, acadêmica, voltada para o desenvolvimento de comunidades locais ou de florestas do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Clayton F. Lino; 7) Ministério das Relações Exteriores - Paulino Franco de Carvalho Neto: Ausentes: 1) Conselho Nacional de Biodiversidade – CONABIO - Organização científica e/ou acadêmica brasileira, 2) Conselho Nacional de Florestas – CONAFOR – Organização não-governamental brasileira para o desenvolvimento de comunidades locais. **(b) Aprovação da Ata de Instalação e da 1^a Reunião Extraordinária:** Registradas as presenças, inclusive de membros suplentes que participaram como observadores, a presidente solicita aos membros que se manifestem sobre os textos das Atas de Instalação do Comitê da Conta TFCA e da 1^a Reunião Extraordinária. Discutidos os ajustes propostos à ata da 1^a Reunião Extraordinária os presentes aprovaram os teores das atas da Reunião de Instalação e da 1^a Reunião Extraordinária por

consenso. A presidente passa então para a aprovação do Regimento Interno e Ana Cristina levanta questionamento quanto à denominação dos contratos a serem realizados com os futuros proponentes dos editais a serem lançados pelo Projeto. A denominação contida no Acordo TFCA pode gerar dúvidas quanto à não aplicabilidade de impostos sobre doações. O Comitê discute e fica claro que a natureza jurídica dos referidos contratos é de apoio e não de doação, pelo que o Comitê decide que os contratos denominados de Acordos de Doação pelo Acordo TFCA serão denominados de Contratos de Apoio e esta alteração de denominação já deverá constar da redação do Regimento Interno do Comitê do Programa. Os presentes aprovam a adequação da denominação dos contratos referidos como Acordo de Doação no Acordo TFCA à sua real natureza jurídica de apoio, submetidos a desembolsos, metas, cronograma, prestação de contas, devolução de saldo, por consenso. Os ajustes são feitos na redação do Regimento Interno. Então a presidente solicita aos presentes que se manifestem quanto ao fechamento da redação do Regimento Interno e sua aprovação. A redação final é aprovada por unanimidade. Este tema levanta outro aspecto referente a não incidência de impostos sobre os recursos da Conta TFCA prevista no Acordo TFCA. A ex-representante do Ministério da Fazenda, Beatriz, informa que solicitou manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN/MF - quanto à isenção de impostos sobre os recursos da Conta TFCA e verificou que já há parecer elaborado por ocasião da celebração do Acordo TFCA. Informa que o parecer versa sobre as isenções de impostos sobre o Funbio, mas que não entra na questão que apresentamos e ressalta que o Comitê deverá elaborar consulta à PGFN/MF. **(c) Plano Estratégico de Longo Prazo e Custos do Projeto:** O Comitê recebeu a proposta consolidada pelo Ministério do Meio Ambiente. Os presentes começam a discussão sobre os **custos administrativos, reserva para contingências e rendimentos**. Após ampla discussão sobre o teto a ser aprovado pelo Comitê da Conta TFCA para taxa de administração, inclusive quanto ao conceito de taxa de administração e cobertura de custos com prestação de contas e avaliação da qualidade da gestão. É analisado o texto do ACT celebrado entre o MMA e o Funbio que estabelece a retirada inicial de 7% podendo ser revista até 12%. Kátia propõe a separação entre as verbas de taxa administrativa e de contingência. Propõe a aprovação de 10% de taxa administrativa e de 5% para contingência. Ana Cristina propõe 7% e 7%. Daniela acha que é insuficiente, que seria melhor 10% de verba de contingência e de 7% a taxa administrativa. Fabio ressalta que para calcular a verba de taxa administrativa necessária será preciso saber o valor e como serão feitos os editais e que o Funbio analisará os custos em função deles assumindo os riscos ou benefícios advindos do percentual que propuser. Beatriz sugere que os valores fiquem em aberto entre 7% e 12% para taxa administrativa e que a freqüência de reavaliação seja anual. Estaria dentro do conceito de contingências: i) variação cambial, ii) necessidade de maior cobertura de custos do administrador da conta TFCA, e iii) riscos mesmo, ou aumento de valor disponibilizado em edital em casos de apresentação de boas propostas com valores que superem os inicialmente destinados ao edital. Após ampla discussão, fica decidido então que a verba de contingência fica definida em 10% e a de taxa de administração em 7%, a serem reavaliadas e revistas anualmente. **(d) Plano Estratégico de Longo Prazo.** A presidente solicita ao Comitê que passe para o assunto do plano

estratégico. O Comitê inicia avaliando o quadro de propostas de divisão de recursos entre ações a serem apoiadas e entre os biomas. Os presentes analisam o quadro apresentado na reunião em documento que contém sugestões prévias de membros do Comitê que foram consolidadas pelo MMA. Em análise do referido quadro os membros do Comitê começam a trabalhar a proposta da divisão de 65% dos recursos do Projeto para ações diretas por bioma, 9% para alavancagem de recursos, 9% para redes sociais, 10% para valores de contingência, conforme discussão anterior e 7% de taxa de administração. O Comitê discute o lançamento de edital que beneficie **redes** nos três biomas. As propostas serão analisadas em relação à sua qualidade técnica. Não haverá indicativo de quais redes serão apoiadas. A presidente levanta a necessidade de se aprovar percentual dos recursos para apoio a redes e definição da divisão entre os biomas. Ana Cristina levanta que é importante não amarrar por bioma pela impossibilidade de se prever as propostas que serão feitas e evitar a amarração dos recursos. Clayton levanta que é preciso assegurar que haja recursos para cada um dos biomas, no mínimo para um projeto em cada bioma. A presidente lembra que se pode fazer um edital dividido em chamadas por biomas e ressalta a importância do Comitê decidir um percentual a ser destinado por biomas. Ana Cristina entende que o edital deve fixar um teto e deixar livre o valor das propostas dentro do limite total do edital porque afirma não ser possível no momento prever as necessidades das redes e isso seria criar reserva de mercado dentro dos biomas. Lembra ainda que dentro do valor destinado às redes sociais podem ser utilizados recursos para capacitação das redes construírem suas propostas para o edital. Clayton afirma que o Comitê deve garantir que os três biomas sejam atendidos e que sejam feitas capacitações e orientações para preparação de propostas. Lembra que o PDA fez isso. Kátia não enxerga onde haverá recursos para destinar à capacitação das redes. Sugere que se determine teto por projeto e pergunta se as redes das quais se fala são apenas redes de ongs. Clayton lembra que se trata de redes sociais, não apenas de ongs. Adélia é a favor de se definir os valores. Acredita que 9% é um valor alto para ser destinado às redes e que deve ser definido o valor da aprovação para cada bioma. Clayton reafirma que todos os biomas devem ter projetos aprovados, pelo menos um, mas que não se devem dividir os recursos previamente ao exame das propostas. A presidente é favorável à idéia de se definir os valores para cada um dos biomas e que os projetos só deverão ser aprovados dentro dos critérios de qualidade a serem estabelecidos no edital. Caso haja sobra de recursos eles terão seu destino definido posterior e oportunamente pelo Comitê. Ana Cristina entende que 9% é pouco para redes. A presidente lembra que os custos operacionais do projeto se elevam proporcionalmente ao número de projetos e com proporção inversa em relação ao seu valor e sugere que uma boa equação seria a aprovação de um percentual que fosse suficiente para um projeto de rede por bioma. Ana apresenta cálculos indicando que cabem mais de uma proposta por bioma. No mínimo um, idealmente 2, no máximo 3. Fabio levanta que a definição da localidade da realização da capacitação também é uma questão delicada. Propõe que se faça um edital em duas etapas onde o primeiro só receba documentos de qualificação então será possível identificar o público proponente e organizar capacitação e definir a localidade em que a mesma ocorrerá. Ana pergunta se este modelo elevaria muito os custos do Funbio. Ele

responde que não que se trata de umas seis a dez propostas e que isso teria um custo relativamente pequeno, passagens para os 10 proponentes, equipe do Funbio, locação. Custos básicos de um evento. Entende ainda que esses recursos sairiam do valor da contingência. A presidente pede que se prossiga para os próximos itens para definir os percentuais ao final. Passam a discutir sobre **alavancagem de recursos**: Ana Cristina lembra que o ICMS ecológico é bastante interessante e que muitas prefeituras não conhecem e não usam. Proposta boa para apresentar ao Fundo Amazônia para utilização de 20% do Fundo Amazônia para fiscalização e monitoramento. No âmbito do Global Environment Facility -GEF há 68 milhões de dólares para biodiversidade e 52 milhões de dólares para mudanças climáticas, juntando-se as duas linhas o GEF dá um dólar a mais para cada 3 da proposta conjunta. Não é definir onde o dinheiro do GEF será investido, mas trazer para o TFCA os valores destinados para os biomas Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Contratação de consultores. Também contratações para cálculo de carbono e créditos de carbono. Segundo Massimiliano isso poderia promover sinergia com corredores ecológicos, mosaicos. Fabio levanta que isso é um critério para seleção de projetos. Quanto ao ICMS ecológico implicaria em apoio jurídico ao processo legislativo ou de regulamentação das leis estaduais do ICMS ecológico ou apoio de comunicação. Ana Cristina pensa nos temas compensação, carbono e ICMS ecológico. Afirma que seria o valor de 100 mil dólares por ano para essas 3 linhas. Clayton levanta a importância de se atingir uma expressão na aplicação dos recursos e não custear projetinhos separados. Exemplifica um projeto de comunicação relativamente ao ICMS ecológico que seja capaz de atingir os 3 biomas. Então os presentes continuam refletindo sobre o percentual a ser destinado à alavancagem. Ana lembra ainda com base na Copa e Olimpíadas a concepção de projeto que atraia recursos privados. Os membros do Comitê entendem que no momento não há elementos suficientes para propor percentual maior ou menor que 9%. Aprovam o percentual e entendem que o mesmo poderá ser submetido à revisão de meio termo. No mesmo sentido de poder rever futuramente, o Comitê também declara aprovado o percentual de 9% a ser destinado a redes sociais. O Comitê passa então para a análise da tabela do Plano Estratégico de Longo Prazo relativa à alocação de 65% dos recursos para as linhas temáticas de projetos de campo. A proposta que está na mesa para deliberação da distribuição de recursos é a seguinte: para o estabelecimento, restauração, proteção e manutenção de parques, unidades de conservação e reservas serão destinados 22,7%; para o desenvolvimento e implementação de sistemas cientificamente confiáveis de gestão de recursos naturais, incluindo práticas de manejo de solos e de ecossistemas, 23,4%; para programas de treinamento para aumentar as capacidades científicas, técnicas, gerenciais de indivíduos e organizações envolvidos em esforços de conservação de florestas, 5,1%. Kátia levanta que para quem trabalha com Mata Atlântica há muito tempo e que vem batalhando por esses recursos há muito, considera a proposta muito constrangedora. Refere-se à divisão dos recursos entre os biomas, e ao percentual de 20% destinado à Mata Atlântica. Afirma que havia expectativa de ser de 80%. Afirma ainda que esse dinheiro do empréstimo que veio para o Brasil a partir da década de 60, 70 foram recursos utilizados para a devastação da Mata Atlântica. O representante do Ministério das Relações Exteriores se coloca contrário a esta correlação imediata entre a utilização dos recursos de

emprestimo e a devastação da Mata Atlântica. Que este tipo de apontamento teria que ser comprovado. A presidente da reunião resgata a necessidade de se votar pela divisão dos recursos entre as atividades, então para restauração, proteção ou uso sustentável de espécies variadas de animais e plantas, 4,8%. Ana Cristina propõe que ao invés de se utilizar espécies variadas utilizem-se espécies nativas diversas. Adélia lembra que deve compreender o ataque a espécies invasoras. Em relação ao desenvolvimento e apoio aos modos de vida de indivíduos que habitam florestas tropicais, ou em suas proximidades, de forma consistente com a proteção de tais florestas tropicais, o percentual de 9,3%. A arredondar para restringir à soma de 65%. Adélia retoma a questão da proporção relativamente à aplicação para criação de unidades ou desenvolvimento de implantação. Entende que para a Caatinga a criação é mais importante. Kátia afirma que no momento do detalhamento é que a divisão para cada item por bioma poderá ser decidida. Clayton acredita que a distribuição por itens está bastante razoável, o que não significa que esta proporção seja aplicada por bioma. Os presentes questionam a clareza do português constante da planilha e afirmam que por mais que tenha havido a intenção de a tradução ser fiel ao Acordo TFCA, ela deve contemplar melhor definição na língua portuguesa. O representante do Ministério das Relações Exteriores se oferece para apoiar na melhor expressão da língua dentro da fidelidade ao Acordo TFCA. O Comitê discute a definição do que está compreendido no item B da tabela. Entende que é preciso conceituar o que está compreendido em cada linha dessas. Discute que o item A refere-se à criação e implantação de áreas protegidas, o B refere-se a uso sustentável e gestão de recursos naturais, o C treinamento e capacitação, o D espécies ameaçadas e invasoras, e o E trabalho com comunidades. Clayton propõe a destinação de 25% para o item A; 21% para o B; 5% para o C; 5% para o D; e 9% para o E. Clayton entende que a recuperação de áreas degradadas é tema transversal. A presidente solicita a análise da proposta pelos presentes. A proposta de Clayton é aceita por unanimidade. Assim, o Comitê da Conta TFCA aprova o PELP e o encaminha à Parte brasileira para os procedimentos necessários à aprovação da Parte norte americana. A Presidente então solicita que o Funbio faça a apresentação dos custos já incorridos com o Projeto. Fabio apresenta que o Funbio já recebeu na conta o equivalente a 25,8% dos valores totais dos recursos. Apresenta os rendimentos de abril (R\$15.647,52) e maio (R\$ 57.535,99,). Continua apresentando as atividades realizadas pelo Funbio desde outubro que apresentaram um gasto de R\$36.636,42. Fabio solicita ao Comitê que o Funbio possa ser reembolsado desses recursos que incluem gastos já efetuados e não retirados da Conta TFCA. Apresenta que as próximas atividades do Funbio serão as minutas dos contratos de apoio, do Manual Operacional da Conta, do Manual dos Projetos, de edital, análise documental das propostas, suporte à avaliação do Comitê da Conta TFCA e a contratação dos projetos. Levanta também a necessidade de iniciar o processo de contratação do gerente para o projeto TFCA apresentando um teto de faixa salarial suficiente para a contratação de um bom gerente. Propõe cronograma para: julho a final de agosto – finalização de documentos e de edital, meados de outubro – seleção de projetos, início de dezembro contratação após a aprovação das Partes do Acordo TFCA em projetos com valor superior a 100 mil dólares. A Presidente solicita deliberação do Comitê quanto ao reembolso solicitado pelo Funbio e a aprovação dos reembolsos mensais do Funbio no

valor de R\$ 21.500,00 até a aprovação do edital. Os membros presentes aprovam o reembolso dos R\$ 36.636,42 e também o reembolso de até R\$ 21.500,00 mediante a apresentação de relatório ao MMA. Fabio afirma que estes valores estariam fora dos 7% destinados à taxa de administração e que entende que os 7% da taxa de administração incidiriam a partir da publicação do edital. Clayton e Ana Cristina entendem que esses valores são adiantamentos e que integram o percentual da taxa de administração. Paulino pergunta qual a composição dos custos de escritório. Fabio explica que é um rateio dos custos do Funbio entre os projetos que ele gere. Em face desta colocação de que os valores apresentados não constariam dos 7% acordados o Funbio deveria apresentar planilha de custos mais específica. Os membros entendem que o valor está compreendido no percentual da taxa de administração e afirmam que se o problema é fluxo de caixa propõem que se faça um cronograma de desembolso para a retirada de 7% de cada entrada. Fabio expõe que só é permitida pelo Acordo TFCA a retirada da taxa de administração de 7% a partir do momento da publicação do edital. O Comitê então aprova o reembolso para que seja descontado do valor correspondente a 7% da taxa de administração quando por ocasião do seu pagamento, a partir da publicação do Edital e de acordo com cronograma a ser submetido pelo Funbio ao Comitê para análise e aprovação. **(e) Próximos Passos:** Discussão dos **modelos** do Manual Operacional, do Edital e dos Acordos de Doação, estes a serem denominados, Contratos de Apoio. O Comitê decide que: (a) o modelo do Manual Operacional deverá ser apresentado pelo Funbio até o dia 4 de julho de 2011, o qual deverá ser circulado pelo MMA para os Membros do Comitê com o prazo de 15 dias para respostas; (b) Até 15 de julho, o Funbio deverá apresentar o objeto dos editais que será enviado, pelo MMA, aos Membros do Comitê com o prazo de 20 dias para posicionamento; e (c) Também será apresentado pelo Funbio o modelo de Edital e dos Contratos de Apoio para que o MMA solicite posicionamento dos Membros do Comitê. **A 2ª Reunião Extraordinária** do Comitê da Conta TFCA ficou agendada para 12 de agosto de 2011 e será realizada nas instalações do MMA. Nada mais havendo a tratar a Presidente deu por encerrada a reunião e a presente ata é assinada pela Presidente e secretária.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA CONTA TFCA

LISTA DE PRESENÇA

Data: 20/06/2011 - Horário:10h - Local: Sala T-13 – Térreo – 505 Norte

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONES (...) FIXO/CELULAR	E-MAIL
01	Francisca Menezes	SBF/MMA	(61) 2028-2072	Francisca.menezes@mma.gov.br
02	Beatriz Soares	SPE/MF	(61) 3412-1762	Beatriz.s.silva@fazenda.gov.br
03	Paulino Franco de Carvalho Neto	DEMA/MRE	(61) 3411-8447 e (61) 8156-9599	Paulino.carvalho@itamaraty.gov.br
04	Maria Adélia Oliveira	ASPLAN/FBOMS	(81) 3320-6393 (81) 9245-0615	aspan@aspan@org.br Adélia@dmfa.ufrpe.br
05	Daniela América S. Oliveira	SBF/MMA	(61) 2028-2028	Daniela.oliveira@mma.gov.br

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONES (...) FIXO/CELULAR	E-MAIL
06	Flávia Neviani	Funbio	(21) 2123-5303	Flavia.neviani@funbio.org.br
07	Fábio Leite	Funbio	(21) 2123-5326	Fabio.leite@funbio.org.br
08	Clayton F. Lino	IA-RBMA	(11) 2232-5728	cflino@uol.com.br
09	Ana Cristina Barros	TNC	(61) 3421-9100 (61) 9968-6160	acbarros@tnc.org
10	Massimiliano Lombardo	USAID	(61) 3312-7673	mlombardo@usaid.gov
11	Lawrence Hardy	USAID	(61)3312-7237	lhardy@usaid.gov
12	João Luiz Tedeschi	SPE/MF	(61) 3412-1762	João.tedeschi@fazenda.gov.br
13	Kathia Vasconcelos Monteiro	RMA	(51) 3233-7206	kathiavm@acpovo.net
14	João A. S. Seyffarth	SBF/MMA	(61) 2028-2071	João.seyffarth@mma.gov.br
15	Ana Carolina L. Carneiro	SBF/MMA	(61) 2028-2071	Ana.carneiro@mma.gov.br

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONES (...) FIXO/CELULAR	E-MAIL
16	Iona'i Osami de Moura	SBF MMA	(61) 2028-2065	Ionai.moura@mma.gov.br
17	Gustavo Henrique de Oliveira	SBF MMA	(61) 2028-2065	Gustavo.Oliveira@mma.gov.br



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA CONTA TFCA

LISTA DE PRESENÇA

Data: 20/06/2011 - Horário:10h - Local: Sala T-13- Térreo – 505 Norte

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONES (...) FIXO/CELULAR	E-MAIL
01	Francisca Menegos	SBF/MMA	20282072 2028-2299	francisca.menegos@mma.gov.br
02	Fábio Leite	FUNbio	21-2123-5326	Fabio.Leite@FUNbio.org.br
03	FLÁVIA NEVIANI	FUNbio	21-2123-5303	FLAVIA.NEVIANI@FUNbio.org.br
04	MARIA ADELIA BORSTELMANN DE OLIVEIRA (CONABIO)	AS PAN/FBOMS	81-9245-0615 81-3320-6393	adelia@dmfa.ufsc.br
05	PAULINO FRANCO DE PAVALHONI NETO	UFLA/DEMA	(61) 3411-9448 (61) 9156-9599	paulino.pavalhoni@ufrn.br
06	CLAYTON F. LINO	IA-RBMA	(11) 22325728	clf.lino@uol.com.br
07	ANA CRISTINA BARROS	TNC	61-34219107 61-99686160	acbbarros@tnc.org
08	LAWRENCE HARDY	USAID	61-3512-7237	Lhardy@usaid.gov
09	MASSIMILIANO LOMBARDO	USAID	6133127673	MLombardo@USAID.GOV
10	JOÃO LUIZ TEDESCHI	SPE/MF	61 3412 1762	joao.tedeschi@fazenda.gov.br

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONES (...) FIXO/CELULAR	E-MAIL
11	Beatriz Soares	Mun. Fazenda	(61) 3412-1762 51.32337206	beatriz.s.silva@fazenda.gov.br
12	Márcia Jassoncellos Freire	DFM/Comadfor		marcia.marcos@dfm.gov.br
13	Ana Carolina B. Carneiro	MMA	20282290	ana.carneiro@mma.gov.br
14	João A. S. SEYFFARTH	MMA	20282071	joao.seyffarth@mma.gov.br
15	Ionaii Osamu de Moura	MMA	2028-2065	ionai.moura@mma.gov.br
16	Gustavo Henrique de Oliveira	MMA	2028-2065	gustavo.oliveira@mma.gov.br
17	Daniela			
18				
19				
20				
21				
22				
23				